

EXPECTATIVA DE JULGAMENTOS TRIBUTÁRIOS EM 2025 PELO STF E STJ

Em 2024, diversos temas tributários registraram desdobramentos significativos nos tribunais superiores. Para 2025, a previsão é de uma agenda repleta de casos tributários relevantes com implicações diretas tanto para os contribuintes quanto para a Fazenda Pública.

Com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) elaborada pela União e em uma análise detalhada realizada pela nossa equipe de tributário, destacamos os principais temas que deverão ser objeto de apreciação pelos tribunais superiores ao longo do ano.

MENU CLICÁVEL

STF

ICMS
ISS
PIS/COFINS
PREVIDENCIÁRIOS
TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA
PROCESSUAIS
DEMAIS TEMAS

STJ

ICMS
PIS/COFINS
PREVIDENCIÁRIOS
TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA
PROCESSUAIS
DEMAIS TEMAS
TEMAS EM AFETAÇÃO

■ TEMAS ICMS

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 1113	RE 990115	Min. Cristiano Zanin	Inclusão do valor da subvenção econômica da Lei 10.604/2002 na base de cálculo do ICMS sobre energia elétrica
Tema 1258	RE 1362742	Min. Dias Toffoli	Possibilidade de manutenção dos créditos de ICMS relativos às operações internas anteriores à operação interestadual com combustíveis derivados de petróleo imune ao imposto devido ao estado de origem
Tema 1266	RE 1426271	Min. Alexandre de Moraes	Incidência da regra da anterioridade anual e nonagesimal na cobrança do ICMS com diferencial de alíquota (DIFAL) decorrente de operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, após a entrada em vigor da Lei Complementar 190/2022.
Tema 1367	RE 1490708	Min. Luiz Roberto Barroso	Atribuição de efeitos prospectivos à declaração de inconstitucionalidade da incidência de ICMS na transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte impõe a incidência do tributo nas operações não ressalvadas pela modulação.
-	ADI 7195	Min. Gilmar Mendes	Inconstitucionalidade de dispositivo da LC 194/22 que modificou a base de cálculo do ICMS sobre energia elétrica

-	ADI 7397	Min. André Mendonça	Regime de tributação monofásica do ICMS sobre combustíveis
-	ADI 7513	Min. Cristiano Zanin	Constitucionalidade dispositivos de normas paulistas que estabelecem medidas contra devedores do ICMS no estado, como plantão permanente do fiscal de rendas no local de fiscalização, o impedimento à utilização de benefícios fiscais relativos ao tributo e a exigência de comprovação da entrada da mercadoria ou do recebimento do serviço para a apropriação do respectivo crédito.
-	ADI 7634 e ADI 7716	Min. Dias Toffoli	Adicional de ICMS para o setor de telecomunicações para o custeio do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza nos Estados.

■ TEMAS ISS

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 254	RE 600010	Min. Nunes Marques	Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária
Tema 816	RE 882461	Min. Dias Toffoli	a) Incidência do ISSQN em operação de industrialização por encomenda, realizada em materiais fornecidos pelo contratante, quando referida operação configura etapa intermediária do ciclo produtivo de mercadoria. b) Limites para a fixação da multa fiscal moratória, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório
Tema 1124	ARE 1294969	Min. André Mendonça	Incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na cessão de direitos de compra e venda, ausente a transferência de propriedade pelo registro imobiliário
Tema 1210	RE 1348288	Min. Nunes Marques	Incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) na cessão de direito de uso de marca

■ TEMAS PIS/COFINS

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 79	RE 565886	Min. Nunes Marques	a) Reserva de lei complementar para instituir PIS e COFINS sobre a importação b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.865/2004.
Tema 118	RE 592616	Min. Celso de Mello	Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS
Tema 304	RE 607109	Min. Gilmar Mendes	Apropriação de créditos de PIS e COFINS na aquisição de desperdícios, resíduos ou aparas
Tema 372	RE 609096	Min. Dias Toffoli	Exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras das instituições financeiras
Tema 536	RE 672215	Min. Luis Roberto Barroso	Incidência de COFINS, PIS e CSLL sobre o produto de ato cooperado ou cooperativo
Tema 843	RE 835818	Min. André Mendonça	Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal
Tema 1067	RE 1233096	Min. Cármen Lúcia	Inclusão da COFINS e da contribuição ao PIS em suas próprias bases de cálculo.
Tema 1186	RE 1341464	Min. André Mendonça	Exclusão dos valores relativos ao PIS e à COFINS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)

■ TEMAS PREVIDENCIÁRIOS

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 1274	RE 1455643	Min. Cármen Lúcia	Constitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária a cargo da empregada sobre o salário-maternidade pago pela Previdência Social
Tema 1320	RE 1310691	Min. André Mendonça	Imunidade da contribuição devida pelo empregador rural ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) incidentes sobre as receitas decorrentes de exportações
-	ADI 4395	Min. Gilmar Mendes	Recolhimento de contribuição social de empregador rural (FUNRURAL)

TEMAS TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 536	RE 672215	Min. Luis Roberto Barroso	Incidência de COFINS, PIS e CSLL sobre o produto de ato cooperado ou cooperativo
Tema 1198	ARE 1357421	Min. André Mendonça	Constitucionalidade da cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) por Estado diverso da sede de empresa locadora de veículos, quando esta possuir filial em outro estado, onde igualmente exerce atividades comerciais (distinção do Tema 708, RE 1.016.605)
Tema 1297	RE 1479602	Min. André Mendonça	Imunidade tributária recíproca sobre bens afetados à concessão de serviço público
Tema 1348	RE 1495108	Min. Edson Fachin	Alcance da imunidade do ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição, para a transferência de bens e direitos em integralização de capital social, quando a atividade preponderante da empresa é compra e venda ou locação de bens imóveis.
-	RE 1425640	Min. André Mendonça	Possibilidade de afastamento da trava de 30% para aproveitamento de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL em caso de extinção da empresa
-	RE 870214	Min. André Mendonça	Tributação de lucros no exterior
-	ADI 5894	Min. André Mendonça	Constitucionalidade de norma que permite a homologação de partilha sem a quitação do ITCMD

-	ADI 7587	Min. Cristiano Zanin	Questiona a reoneração da folha de pagamento e revogação de benefícios fiscais
-	ADI 7625	Min. Cristiano Zanin	Questionamento sobre a Medida Provisória que revogou os benefícios do PERSE, destinados ao setor de eventos instituídos durante a pandemia do covid-19.
-	ADI 7633	Min. Cristiano Zanin	Desoneração da Folha de Pagamento. Inconstitucionalidade da Lei 14.784/2023 que estende a desoneração até 2027.
-	ADO 55	Min. Marco Aurélio	Não instituição do Imposto Sobre Grandes Fortunas (ADO)

■ TEMAS PROCESSUAIS

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 111	RE 970343	Min. Cristiano Zanin	Aplicabilidade imediata do art. 78, § 2º, do ADCT para fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar
Tema 487	RE 640452	Min. Luis Roberto Barroso	Caráter confiscatório da “multa isolada” por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental
Tema 516	RE 597315	Min. Luís Roberto Barroso	Sujeição passiva das cooperativas à contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS
Tema 1108	ARE 1285177	Min. Cristiano Zanin	Aplicabilidade do princípio da anterioridade geral (anual ou de exercício) em face das reduções de benefícios fiscais previstos no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra)
Tema 1122	ARE 1289782	Min. Nunes Marques	Imunidade tributária recíproca em favor de sociedade de economia mista prestadora de serviço público relativo à construção de moradias para famílias de baixa renda
Tema 1195	RE 1335293	Min. Nunes Marques	Possibilidade de fixação de multa tributária punitiva, não qualificada, em montante superior a 100% (cem por cento) do tributo devido
Tema 1217	RE 1346152	Min. Cármen Lúcia	Possibilidade de os municípios fixarem índices de correção monetária e taxas de juros de mora para seus créditos tributários em percentual superior ao estabelecido pela União para os mesmos fins

Tema 1349	RE 1516074	Min. Edson Fachin	Forma de incidência da Taxa SELIC, conforme previsto no art. 3º da EC nº 113/2021.
-	ADI 5405	Min. Dias Toffoli	Constitucionalidade dos dispositivos que dispensam o pagamento de honorários de sucumbência em casos de celebração de acordos e parcelamentos com a Fazenda Pública
-	ADPF 248	Min. Ricardo Lewandowski	Análise do prazo prescricional para repetição de tributo declarado inconstitucional

DEMAIS TEMAS

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
-	ADI 7598	Min. Luiz Fux	Constitucionalidade de taxa de fiscalização da atividade mineradora no Estado do Mato Grosso
-	ADI 7559	Min. Nunes Marques	Constitucionalidade do novo modelo de transação tributária no Estado de São Paulo, questionando dispositivos da lei que institui a Lei de transação de São Paulo – “Acordo Paulista”, que afetam a cobrança dos honorários advocatícios dos Procuradores do Estado de São Paulo.
-	ADI 7324	Min. Alexandre de Moraes	Devolução de valores da ‘tese do século’ na conta de luz
-	ADI 7162	Min. André Mendonça	Constitucionalidade de normas do Estado do Rio de Janeiro que condicionam a fruição de incentivos fiscais ao depósito, em um fundo, de 10% do valor do benefício.
-	ADI 5553	Min. Edson Fachin	Redução tributária para agrotóxicos
Tema 914	RE 928943	Min. Luiz Fux	Constitucionalidade da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre remessas ao exterior

Tema 1035	ARE 990094	Min. Gilmar Mendes	Constitucionalidade da utilização do tipo de atividade exercida pelo estabelecimento como parâmetro para definição do valor de taxa instituída em razão do exercício do poder de polícia
Tema 1368	ARE 1527985	Min. Luiz Roberto Barroso	Definir se a regra de anterioridade tributária (exercício e nonagesimal) se aplica às alíquotas integrais do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante–AFRMM, em razão da revogação do Decreto nº 11.321/2022 pelo Decreto nº 11.374/2023.

■ TEMAS ICMS

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 986	REsp 1692023/MT EREsp 1163020/RS REsp 1699851/TO REsp 1734902/SP REsp 1734946/SP	Min. Herman Benjamin	Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculo do ICMS.
Tema 1223	REsp 2.091.202/SP REsp 2091203/SP REsp 2091204/SP REsp 2091205/SP	Min. Paulo Sérgio Domingues	Legalidade da inclusão do PIS e da Cofins na base de cálculo do ICMS.
Tema 1304	REsp 2119311/SC REsp 2143866/SP REsp 2143997/SP	Min. Teodoro Silva Santos	Definir se é possível, ou não, excluir o ICMS, o PIS e a COFINS da base de cálculo do IPI, a partir do conceito de 'valor da operação' inserto no art. 47, II, a, do CTN; e no art. 14, II, da Lei 4.502/64.

TEMAS PIS/COFINS

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 1231	REsp 1959571/RS REsp 2075758/ES REsp 2072621/SC	Min. Marco Aurélio	Decidir sobre a possibilidade de creditamento, no âmbito do regime não-cumulativo das contribuições ao PIS e COFINS, dos valores que o contribuinte, na condição de substituído tributário, paga ao contribuinte substituto a título de reembolso pelo recolhimento do ICMS-substituição (ICMS-ST)
Tema 1237	REsp 2.065.817/RJ REsp 2.068.697/RS REsp 2075276/RS REsp 2109512/PR REsp 2116065/SC	Min. Marco Aurélio	A possibilidade de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS sobre os valores de juros, calculados pela taxa SELIC, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso.
Tema 1239	REsp 2.093.050/AM REsp 2.093.052/AM	Min. Gurgel de Faria	Definir se a contribuição ao PIS e à COFINS incidem sobre a receita decorrente de vendas de mercadorias de origem nacional ou nacionalizada e advinda de prestação de serviço para pessoas físicas ou jurídicas no âmbito da Zona Franca de Manaus.
Tema 1244	REsp 2046893/AM REsp 2053569/AM REsp 2053647/AM	Min. Marco Aurélio	A possibilidade de exigência das contribuições ao PIS - Importação e COFINS - Importação nas operações de importação de países signatários do GATT, sobre mercadorias e bens destinados ao consumo interno ou industrialização na Zona Franca de Manaus - ZFM.

Tema 1276	REsp 2123906/SP REsp 2123904/SP REsp 2123902/SP	Min. Marco Aurélio	Decidir sobre a possibilidade de exclusão da base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS do montante da contribuição previdenciária substitutiva incidente sobre a receita bruta (CPRB) considerando a identidade dos fatos geradores dos tributos.
Tema 1304	REsp 2119311/SC REsp 2143866/SP REsp 2143997/SP	Min. Teodoro Silva Santos	Definir se é possível, ou não, excluir o ICMS, o PIS e a COFINS da base de cálculo do IPI, a partir do conceito de 'valor da operação' inserto no art. 47, II, a, do CTN; e no art. 14, II, da Lei 4.502/64.
-	EREsp 1428247/RS	Min. Teodoro Silva Santos	Direito de creditamento de PIS e COFINS dos valores que na condição de substituído tributário, paga ao contribuinte substituto a título de reembolso pelo recolhimento do ICMS-substituição.
-	REsp 1.890.311/SP	Min. Afrânio Vilela	Exclusão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) da base de cálculo do PIS e da COFINS

TEMAS PREVIDENCIÁRIOS

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 478	REsp 1230957/RS	Min. Mauro Campbell Marques	Incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado.
Tema 479	REsp 1230957/RS	Min. Mauro Campbell Marques	Discute-se a incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de terço constitucional de férias.
Tema 738	REsp 1230957/RS	Min. Mauro Campbell Marques	Incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos nos primeiros quinze dias de afastamento por motivo de doença.
Tema 739	REsp 1230957/RS	Min. Mauro Campbell Marques	Incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa) sobre os valores pagos a título de salário maternidade.
Tema 740	REsp 1230957/RS	Min. Mauro Campbell Marques	Incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa) sobre os valores pagos a título de salário paternidade.
Tema 1079	REsp 1898532/CE REsp 1905870/PR	Min. Og Fernandes	Definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros", nos termos do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, com as alterações promovidas em seu texto pelos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 2.318/1986.

Tema 1228	REsp 2068273/RS REsp 2068698/PR REsp 2068695/RS	Min. Teodoro Silva Santos	Definir se a pessoa física que exerce serviço notarial ou registral é contribuinte da contribuição social do salário-educação, prevista no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988 e instituída pelo art. 15 da Lei 9.424/96.
Tema 1275	REsp 2034824/RJ EREsp 1997816/RJ EREsp 1793915/RJ	Min. Marco Aurélio	Decidir sobre a legitimidade ativa da entidade paraestatal para a constituição e cobrança da contribuição ao SENAI e respectivo adicional previsto no art. 6º, do Decreto-Lei n. 4.048/42, considerando a compatibilidade do art. 50, do Decreto n. 494/62, e do art. 10, do Decreto n. 60.466/67, com o art. 217, do CTN, o art. 146, III, "b", da CF/88, a Lei n. 11.457/2007 e legislação posterior.

■ TEMAS TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 504	REsp 1138695/SC	Min. Mauro Campbell Marques	Discute-se a possibilidade de exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos valores referentes aos juros pela taxa SELIC incidentes quando da devolução dos depósitos judiciais, na forma da Lei n. 9.703/98.
Tema 1008	REsp 1767631/SC REsp 1772634/RS REsp 1772470/RS	Min. Gurgel de Faria	Possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido.
Tema Tema 1113	REsp 1937821/SP	Min. Gurgel de Faria	Definir: a) se a base de cálculo do ITBI está vinculada à do IPTU; b) se é legítima a adoção de valor venal de referência previamente fixado pelo fisco municipal como parâmetro para a fixação da base de cálculo do ITBI.
Tema 1224	REsp 2043775/RS REsp 2050635/CE REsp 2051367/PR	Min. Paulo Sérgio Domingues	Dedutibilidade, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), dos valores correspondentes às contribuições extraordinárias pagas a entidade fechada de previdência complementar, com o fim de saldar déficits, nos termos da Lei Complementar 109/2001 e das Leis 9.250/1995 e 9.532/1997.

Tema 1226	REsp 2.069.644/SP REsp 2074564/SP	Min. Sérgio Kukina	Definir a natureza jurídica dos Planos de Opção de Compra de Ações de companhias por executivos (Stock option plan), se atrelada ao contrato de trabalho (remuneração) ou se estritamente comercial, para determinar a alíquota aplicável do imposto de renda, bem assim o momento de incidência do tributo.
Tema 1287	REsp 2060432/RS REsp 2133370/SP	Min. Teodoro Silva Santos	Discutir a legalidade da incidência do IRRF sobre os recursos remetidos ao exterior para pagamento de serviços prestados, sem transferência de tecnologia, por empresas domiciliadas em países com os quais o Brasil tenha celebrado tratado internacional para evitar a bitributação.
Tema 1312	REsp 2151903 REsp 2151907 REsp 2151904	Min. Paulo Sérgio Domingues	Definir se as contribuições PIS/COFINS compõem a base de cálculo do IRPJ/CSLL, quando apurados na sistemática do lucro presumido.
-	REsp 2152642/RJ	Min. Francisco Falcão	Possibilidade de dedução no cálculo do IRPJ e CSLL do valor correspondente à amortização de ágio oriundo de incorporação reversa de empresa.
Tema 1319	REsp 2162629/PR REsp 2163735/RS REsp 2161414/PR REsp 2162248/RS	Min. Paulo Sérgio Domingues	A (im)possibilidade de se deduzir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL a despesa com o creditamento de juros sobre capital próprio apurados em exercícios anteriores, nos quais não houve decisão assemblear autorizando esses pagamentos.

TEMAS PROCESSUAIS

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 505	REsp 1138695/SC	Min. Mauro Campbell Marques	Discussão sobre a exclusão dos juros SELIC incidentes quando da devolução de valores em depósito judicial feito na forma da lei n. 9.703/98 e quando da repetição de indébito tributário.
Tema 1203	REsp 2037317/RJ REsp 2007865/SP REsp 2037787/RJ REsp 2050751/RJ	Min. Afrânio Vilela	Definir se a oferta de seguro-garantia ou de fiança bancária tem o condão de suspender a exigibilidade de crédito não tributário.
Tema 1209	REsp 2.039.132/SP REsp 2013920/RJ REsp 2035296/SP REsp 1971965/PE REsp 1843631/PE	Min. Francisco Falcão	Definição acerca da (in) compatibilidade do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, previsto no art. 133 e seguintes do Código de Processo Civil, com o rito próprio da Execução Fiscal, disciplinado pela Lei n. 6.830/1980 e, sendo compatível, identificação das hipóteses de imprescindibilidade de sua instauração, considerando o fundamento jurídico do pleito de redirecionamento do feito executório.
Tema 1263	REsp 2098943/SP REsp 2098945/SP	Min. Afrânio Vilela	Definir se a oferta de seguro garantia tem o efeito de obstar o encaminhamento do título a protesto e a inscrição do débito tributário no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN).
Tema 1273	REsp 2103305/MG REsp 2109221/MG	Min. Paulo Sérgio Domingues	Definir o marco inicial do prazo decadencial para impetração do mandado de segurança, com o objetivo de impugnar obrigação tributária que se renova periodicamente.

DEMAIS TEMAS

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Tema 695	REsp 1396488/SC REsp 1570531/CE REsp 1622683/RS	Min. Francisco Falcão	Proposta de revisão da tese firmada pela Primeira Seção no REsp n. 1.396.488/SC, da relatoria do Ministro Humberto Martins, quanto à incidência ou não de IPI na importação de veículo por pessoa física, destinada a uso próprio.
Tema 1209	REsp 2.039.132/SP REsp 2013920/RJ REsp 2035296/SP REsp 1971965/PE REsp 1843631/PE	Min. Francisco Falcão	Definição acerca da (in) compatibilidade do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, previsto no art. 133 e seguintes do Código de Processo Civil, com o rito próprio da Execução Fiscal, disciplinado pela Lei n. 6.830/1980 e, sendo compatível, identificação das hipóteses de imprescindibilidade de sua instauração, considerando o fundamento jurídico do pleito de redirecionamento do feito executório.
Tema 1247*	REsp 1.976.618/RJ REsp 1995220/RJ	Min. Mauro Campbell Marques	A possibilidade de se estender o creditamento de IPI previsto no art. 11, da Lei n. 9.779/99 também para os produtos finais não tributados (NT), imunes, previstos no art. 155, §3º, da CF/88.

* Pautado para julgamento em 09/04/2025

■ TEMAS EM AFETAÇÃO

Tema	Número do Processo	Relator	Matéria
Controvérsia 576	REsp 2171329/RS REsp 2171374/RS	Min. Regina Helena Costa	Definir a possibilidade de inclusão de crédito presumido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas bases de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
Controvérsia 655	REsp 2162486/SP REsp 2162487/SP	Min. Afrânio Vilela	Se a sociedade uniprofissional, constituída sob a forma de responsabilidade limitada, goza do tratamento tributário diferenciado do ISS em alíquota fixa, na forma do art. 9º, §§ 1º e 3º, do Decreto-Lei n. 406/1968.
Controvérsia 670	REsp 2147428/RS REsp 2147843/SC	Min. Sérgio Kukina	Viabilidade da utilização, em execução fiscal, da ferramenta do sistema SISBAJUD que autoriza a expedição de ordem de bloqueio de valores em contas bancárias do devedor, de forma sistemática, conhecida como "teimosinha".
Controvérsia 679	REsp 2179067/SP REsp 2170834/SP REsp 2179065/SP	Min. Marco Aurélio Bellizze	Definir se incidem o PIS e a COFINS sobre o total dos rendimentos e ganhos líquidos de operações/aplicações financeiras, ainda que se trate de variações patrimoniais decorrentes de diferença de correção monetária.
Controvérsia 693	REsp 2153547/SP REsp 2172434/SP REsp 2153817/SP REsp 2153492/SP	Min. Teodoro Silva Santos	Definir o momento no qual é verificada a disponibilidade jurídica de renda em repetição de indébito tributário ou em reconhecimento do direito à compensação julgado procedente e já transitado em julgado, para a caracterização do fato gerador do IRPJ e da CSLL, na hipótese de créditos ilíquidos.

Controvérsia 704	REsp 2150097/CE REsp 2150848/RS REsp 2151146/RS REsp 2150894/SC	Min. Paulo Sérgio Domingues	Definir se é possível apurar créditos de PIS/COFINS sobre o valor do ICMS que tenha incidido sobre a operação de aquisição, à luz do disposto no art. 3º, § 2º, III, das Leis n. 10.637/2002 e n. 10.833/2003, incluído pela Lei n. 14.592/2023.
Controvérsia 709	REsp 2191479/SP REsp 2191694/SP REsp 2191630/SP	Min. Maria Thereza de Assis Moura	Definir se incide contribuição previdenciária patronal e contribuições destinadas a terceiros sobre a bolsa de jovem aprendiz.
Controvérsia 711	REsp 2168018/SP REsp 2184590/SP	Min. Paulo Sérgio Domingues	Possibilidade de obtenção de crédito de ICMS, na sistemática da Lei Complementar n. 87/1996, relativo aos insumos definidos como de uso ou de consumo próprio do estabelecimento, utilizados no processo de produção, mas que não integram o produto final ou o seu consumo não seja de forma imediata e integral no processo produtivo.

Para informações, entrar em contato com:

Tributário

tributario@cesconbarrieu.com.br

Este boletim apresenta um resumo de alterações regulatórias no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal.